

Reforma Hospitalar do MS e é docente, em prestação de serviços, em várias instituições de ensino superior.

Já exerceu as funções de Enfermeiro Diretor no Centro Hospitalar do Alto Ave; Enfermeiro Diretor no Hospital de Nossa Sr.ª da Conceição de Valongo; Vogal do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Norte e de membro executivo da Comissão de Controlo da Infecção do Hospital Padre Américo, Vale do Sousa; e do Grupo Nacional da Comissão de Controlo da Infecção na DGS.

Outras Atividades:

Participou na equipa que elaborou o plano de contingência; integrou o Conselho geral do Hospital Padre Américo, Vale do Sousa e do Hospital São Gonçalo; a Comissão de Acompanhamento da Construção do novo Hospital Padre Américo, Vale do Sousa; o primeiro Conselho Consultivo da Escola Superior Cidade do Porto.

Integrou várias comissões de escolha, científicas e júris de concursos de enfermagem.

Foi Presidente da A. E. da Escola Sup. de Enf. Cidade do Porto, Tesoureiro e Presidente na Junta de Freguesia de Mancelos, e 1.º Secretário da Assembleia Municipal de Amarante.

209825814

Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

Despacho n.º 10662/2016

1 — Ao abrigo do disposto na alínea *c*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo como Técnica Especialista do meu gabinete, a doutora Marta Maria Amaro da Costa Luz Carneiro.

2 — Para efeitos do disposto na alínea *d*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a designada desempenhará funções de/na área de combate à violência doméstica e de género.

3 — O estatuto remuneratório da designada é o de adjunta do gabinete, conforme o n.º 6 do artigo 13.º do referido decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

5 — Nos termos do n.º 3 do artigo 11.º do mencionado decreto-lei, o presente despacho produz efeitos a 1 de setembro de 2016.

6 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

17 de agosto de 2016. — A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, *Catarina Marcelino Rosa da Silva*.

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Marta Maria Amaro da Costa Luz Carneiro
Data de nascimento: 14 de março de 1984

II — Formação:

Licenciatura pré-Bolonha em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (2001-2006).

LL.M. (Master of Laws) em Direito da União Europeia pela Faculdade de Direito da Universidade de Utrecht (2009-2010), com tese de mestrado na área do Direito da Igualdade da União Europeia (EU).

Doutoramento em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Copenhaga (2011-2015), com a tese «Constructing Intersectionality in EU Anti-Discrimination Law».

III — Experiência profissional:

Estágio de advocacia na Abreu & Marques, Sociedade de Advogados, RL (2006-2009). Agregação à Ordem dos Advogados (OA) em 2009.

Docente convidada da Faculdade de Direito da Universidade de Copenhaga na área do Contencioso da UE (2015-2016).

Book review editor do *European Journal of Social Security* (desde 2015).

209818102

Despacho n.º 10663/2016

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 11.º e na alínea *a*) do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, exonero do cargo de técnica especialista do meu Gabinete, para o qual foi designada

pelo Despacho n.º 595/2016, de 9 de dezembro de 2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 9, de 14 de janeiro, a licenciada Ana Paula Moura de Oliveira, com efeitos a 31 de agosto de 2016.

2 — Ao abrigo do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer funções de adjunta a licenciada Ana Paula Moura de Oliveira, com efeitos a 1 de setembro de 2016.

3 — Para efeitos do disposto na alínea *a*) do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012 de 20 de janeiro, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4 — Conforme o disposto nos artigos 12.º e 18.º do supracitado decreto-lei, publique-se na 2.ª série do *Diário da República* e publicite-se na página eletrónica do Governo.

17 de agosto de 2016. — A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, *Catarina Marcelino Rosa da Silva*.

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Ana Paula Moura de Oliveira
Data de nascimento: 02 de outubro de 1962

II — Habilitações académicas:

Pós-graduação em Migrações, Intereticidades e Transnacionalismo pela Universidade Nova de Lisboa, 2007.

Pós-graduação em Estudos Europeus pela Universidade Católica Portuguesa, 1997.

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, 1987.

III — Experiência profissional:

Técnica especialista na área das migrações e refugiados no Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade (dezembro de 2015 a agosto de 2016).

Coordenadora do Gabinete de Apoio às Políticas Locais, no Alto Comissariado para as Migrações, I. P. (ACM, I. P.), em cujo contexto se enquadraram, a *Rede dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade*; a 1.ª edição de *Planos Municipais para a Integração de Imigrantes*, *O Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade* e o *Toolkit* para a conceção de Planos Municipais (setembro de 2013 a novembro de 2015).

Coordenadora da *Rede Nacional de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (Rede CLAI)*, no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P. (ACIDI, I. P.), considerada uma boa prática, em 2012, quer pela Comissão Nacional para os Direitos Humanos, quer pela Academia (dezembro 2008 a setembro 2013).

Colaboradora do Gabinete da Alta Comissária para a Imigração e Diálogo Intercultural no âmbito do *Programa Português para Todos*, iniciativa conjunta da Presidência do Conselho de Ministros, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e do Ministério da Educação (maio a novembro de 2008).

Consultora da Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP/MNE), responsável pela coordenação operacional do Projeto *EQUAL Migrações e Desenvolvimento*, em cujo âmbito foram criados os *Pactos Territoriais para o Diálogo Intercultural*, considerados como boa prática autárquica pela *Plataforma sobre Políticas de Acolhimento e Integração de Imigrantes*, gerida pela Fundação Calouste Gulbenkian (janeiro de 2002 a março de 2008).

Técnica de Formação do Instituto para a Inovação na Formação — INOFOR, no âmbito do Sistema de Acreditação de Entidades Formadoras (1999 a 2001).

Coordenadora da Área de Transferência e Valorização do Conhecimento da Unidade de Gestão de Tecnologia e Inovação, no Instituto Tecnológico para a Europa Comunitária (ITEC) (1998 a 1999).

Coordenadora da Unidade de Conceção e Promoção de Ações e Programas de Formação, do Centro de Formação Tecnológica (CEN-FORTEC), no Instituto Tecnológico para a Europa Comunitária (ITEC) (1995 a 1998).

Gestora de Projetos de formação, nacionais e transnacionais no Instituto Tecnológico para a Europa Comunitária (ITEC) (1993 a 1995).

Coordenadora do Sector de Candidaturas do Programa 2 de Formação Profissional do PEDIP — *Programa Específico para o Desenvolvimento da Indústria Portuguesa*, no Centro de Gestão e Engenharia da Formação (CEGEF) do Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (INETI) — Ministério da Indústria e Energia (1993 a 1995).

Coordenadora do Núcleo de Avaliação Jurídico-Formal de candidaturas ao Programa 2 do PEDIP, no Centro de Formação Profissional do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial

(LNETI) — Ministério da Indústria e Energia, em cujo âmbito elaborou publicação relativa ao Sistema de Procedimentos (1988 a 1992).

Responsável pelas relações jurídicas com a comunidade internacional e pela coordenação da formação profissional interna no Centro de Formação Profissional do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI) — Ministério da Indústria e Energia (1988).

IV — Formação complementar:

Frequentou diversos cursos, seminários, congressos e ações de formação, dos quais se destaca:

Training session on the intercultural cities index of the Council of Europe (Bakbasel, 2013). *Promoting Migrant Integration through Media and Intercultural Dialogue* (Presidência Húngara da EU/OIM 2011).

Conceção e Avaliação de Projetos (Logframe, S. A. 2011).

Formation des Acteurs du Service Public de l'Emploi — Fonds d'Action et de Soutien pour l'Integration et la Lutte contre les Discriminations (FASILD, 2004).

Migrações e Desenvolvimento: Interculturalidade e Equidade nas Práticas Profissionais (DGACCP, 2004).

Programa Avançado de Recursos Humanos — PARH (Universidade Católica Portuguesa, 1999).

Curso Geral de Gestão (Universidade Nova de Lisboa, 1998).

Estágio na Delft University of Technology (Projeto Leonardo Da Vinci Exchanges for CEE Quality, 1996).

Curso de Especialização em Marketing Internacional (Instituto Tecnológico para a Europa Comunitária, 1994).

Estágio profissional na Ordem dos Advogados do Conselho Distrital de Lisboa (1987/1989).

Tem o *curso de Formação Pedagógica de Formadores*, tendo desempenhado competências como formadora no Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural, I. P. (ACIDI, I. P.), assegurando a formação junto dos técnicos da *Rede de Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (Rede CLAI)* no que respeita ao trabalho em parceria e no Alto Comissariado para as Migrações, I. P. (ACM, I. P.), formando as equipas responsáveis pelos *Planos Municipais para a Integração de Imigrantes* no domínio da conceção de instrumentos de política e de gestão ao nível das políticas locais de acolhimento e integração de imigrantes em Portugal.

209818184

Louvor n.º 406/2016

No momento em que cessa funções de Adjunta do meu gabinete cumpre-me manifestar público louvor à Mestre Teresa Margarida do Carmo Fragoso pela elevada competência que evidenciou no desempenho das funções que lhe foram cometidas e pelas qualidades humanas que demonstrou, designadamente a sua lealdade, disponibilidade, empenho e elevado sentido de responsabilidade.

A excelência do seu trabalho desenvolvido na área da igualdade de género e das relações internacionais constituem aspetos relevantes que me cumpre destacar e, por isso, um motivo mais que suficiente para este reconhecimento.

Assim, é de toda a justiça manifestar-lhe e testemunhar neste louvor o meu apreço e agradecimento.

17 de agosto de 2016. — A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, *Catarina Marcelino Rosa da Silva*.

209817569

Agência para a Modernização Administrativa, I. P.

Aviso (extrato) n.º 10654/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e no n.º 3 do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, torna-se público que foi determinada a consolidação da mobilidade interna na categoria da trabalhadora Maria Inês Amaral Teixeira Nuno, técnica superior, 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15, com efeitos a partir de 1 de agosto de 2016.

19 de agosto de 2016. — A Chefe de Equipa de Recursos Humanos da AMA, I. P., *Elsa Maria Fernandes dos Santos*.

209819359

Aviso (extrato) n.º 10655/2016

Nos termos do disposto nos artigos 45.º a 51.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, após homologação pelo Presidente do Conselho Diretivo da Agência para a Modernização Administrativa, I. P. (AMA, I. P.), em 16.07.2016, do resultado da avaliação final do período experimental,

torna-se público que Joaquim Manuel Sousa Pinheiro concluiu com sucesso o período experimental, com a avaliação de 15,33 valores, na sequência de celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, após conclusão com aproveitamento da 15.ª Edição (2014/2015) do curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) da Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA).

19 de agosto de 2016. — A Chefe de Equipa de Recursos Humanos da AMA, I. P., *Elsa Maria Fernandes dos Santos*.

209819553

Direção-Geral das Autarquias Locais

Aviso n.º 10656/2016

Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 46.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, após homologação da ata do júri constituído para o efeito, Gonçalo Arez Mascarenhas Figueiredo Pombeiro concluiu com sucesso o período experimental na carreira e categoria de Técnico Superior a que esteve sujeito.

O tempo de duração do referido período experimental conta para efeitos da atual carreira e categoria.

16 de agosto de 2016. — A Diretora-Geral, *Lucilia Ferra*.

209819975

Aviso n.º 10657/2016

Para efeitos do disposto no n.º 5 do artigo 46.º da lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, após homologação da ata do júri constituído para o efeito, Sónia Maria Martins dos Santos Moreira, concluiu com sucesso o período experimental na carreira e categoria de Técnico Superior a que esteve sujeito.

O tempo de duração do referido período experimental conta para efeitos da atual carreira e categoria.

16 de agosto de 2016. — A Diretora-Geral, *Lucilia Ferra*.

209820062

Aviso n.º 10658/2016

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, torna-se público que, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 99.º do Anexo daquela Lei, autorizei a consolidação definitiva da mobilidade interna na carreira e categoria de Técnica Superior, na posição 8.ª remuneratória e nível remuneratório 39, de Maria José Simões Pereira Martinho Florêncio, em lugar do mapa de pessoal da Direção-Geral das Autarquias Locais, tendo para o efeito sido celebrado o respetivo contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos reportados a 16 de agosto de 2016.

17 de agosto de 2016. — A Diretora-Geral, *Lucilia Ferra*.

209820013

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E FINANÇAS

Gabinetes dos Secretários de Estado das Autarquias Locais e do Orçamento

Despacho n.º 10664/2016

Ao abrigo do disposto no artigo 53.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, no n.º 5 do artigo 22.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e nos despachos n.º 1046/2016, do Ministro Adjunto e 3485/2016, do Ministro das Finanças, publicado na 2.ª Série do *Diário da República*, respetivamente, n.º 15 de 22 de janeiro e n.º 48, de 9 de março, é autorizada a celebração dos contratos programa, no âmbito da cooperação técnica e financeira, no montante total de €1.976.398,20, com as entidades e valores identificados no quadro em anexo. A celebração dos referidos contratos é suportada através de uma verba inscrita nos «Encargos Gerais do Estado — Transferências para a Administração Local», rubrica 08.05.01.F0.A1, «Cooperação técnica e financeira» e, quando legalmente devida, a repartição plurianual dos encargos financeiros será objeto da competente portaria. O presente despacho é nos termos do n.º 5 do artigo 22.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, objeto de publicação obrigatória na 2.ª Série do *Diário da República*.

12 de agosto de 2016. — O Secretário de Estado das Autarquias Locais, *Carlos Manuel Soares Miguel*. — 10 de agosto de 2016. — O Secretário de Estado do Orçamento, *João Rodrigo Reis Carvalho Leão*.